

**Legenda:**

- ~~a) Identificação do Ministro das Finanças;~~
- ~~b) Identificação do Ministro da Planificação e Desenvolvimento;~~
- ~~c) Indicação do órgão de tutela sectorial;~~
- ~~d) Identificação do dirigente órgão de tutela sectorial;~~
- ~~e) Identificação do Presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública;~~
- ~~f) Identificação detalhada do Presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública;~~
- ~~g) Identificação da Empresa Pública;~~
- ~~h) Abreviatura da Firma da Empresa Pública;~~
- ~~i) Breve contextualização da pertinência da celebração do contrato programa, através do fornecimento dos antecedentes que determinam a sua existência;~~
- ~~j) Identificação precisa do propósito que se pretende prosseguir com a celebração do Contrato;~~
- ~~k) Data do início da vigência do Contrato Programa;~~
- ~~l) Data do término da vigência do Contrato Programa;~~
- ~~m) Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económicos, social e ambiental, identificando os objectivos a atingir e explicitando os respectivos instrumentos de planeamento, execução e controlo, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, de serviço público e de satisfação das necessidades da colectividade que lhe hajam sido fixados;~~
- ~~n) Resumir as orientações estratégicas do Governo e tutelas;~~
- ~~o) Descrever a política comercial adoptada, arrolando as diversas acções tendentes a sua materialização;~~
- ~~p) Descrever a política de investimento adoptada, arrolando as diversas acções tendentes a sua materialização;~~
- ~~q) Elaborar planos de financiamentos adequados aos objectivos definidos, devendo para o efeito indicar as respectivas fontes de financiamento (internos e/ou externos); bem como a fixação dos critérios de determinação de eventuais subvenções do Orçamento do Estado e sua correlação com os objectivos de actividade programados;~~
- ~~r) Descrever a política de recursos humanos adoptada, arrolando as diversas acções tendentes a sua materialização, com destaque a formação contínua dos trabalhadores, redimensionamento da força de trabalho e implementação das políticas de HIV/SIDA e género;~~
- ~~s) Descrever a política de dividendos a prosseguir e critérios de constituição de reservas;~~
- ~~t) E outras obrigações que se julgarem pertinentes com vista a assegurar, na íntegra, a execução do contrato;~~
- ~~u) E outras obrigações, podendo, negociar a concessão caso a caso do pagamento de direitos aduaneiros de equipamento e material destinado aos projectos;~~
- ~~v) Excepto as Empresas Públicas que, em razão da sua dimensão ou especificidade, não estejam em condições de cumprir algum dos objectivos, ou por força do interesse público não o devam fazer, situações em que devem fundamentar as razões que o determinaram, enunciando inclusive as medidas alternativas que tenham sido implementadas;~~
- ~~w) Arrolar os documentos que constituem anexos ao contrato;~~
- ~~x) Data de entrada em vigor;~~
- ~~y) Órgão de tutela sectorial.~~

**Decreto n.º 85/2013****de 31 de Dezembro**

Havendo necessidade de conferir maior dinâmica ao modelo de funcionamento do Instituto Nacional do Turismo, criado pelo Decreto n.º 36/2008, de 17 de Setembro, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 82 da Lei n.º 7/2012, de 8 de Fevereiro, o Conselho de Ministros decreta:

**ARTIGO 1****(Natureza e sede)**

1. O Instituto Nacional do Turismo, abreviadamente designado por INATUR, é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, patrimonial e financeira.

2. O INATUR tem a sua sede em Maputo, podendo criar delegações em qualquer parte do território nacional, obtida autorização do Ministro que superintende a Área do Turismo, ouvido o Ministro que superintende a Área das Finanças.

**ARTIGO 2****(Tutela)**

1. O INATUR é tutelado pelo Ministro que superintende a área do Turismo.

2. A tutela compreende a prática dos seguintes actos:

- a) Homologação dos programas, planos de actividade e relatório anual;
- b) Nomeação e exoneração dos membros do Conselho Directivo do INATUR, com excepção do Director-Geral;
- c) Aprovação de inspecções, inquéritos e sindicâncias ao funcionamento do INATUR;
- d) Aprovação do Regulamento Interno do INATUR;
- e) Exercício de quaisquer outros poderes concedidos por lei.

3) A tutela no domínio financeiro é exercida pelo Ministro que superintende a Área das Finanças, e compreende a aprovação, ouvido o Ministro que superintende a Área do Turismo, de:

- a) Orçamento anual do INATUR;
- b) Relatórios e contas;
- c) Relatório de gestão e contas do exercício;
- d) Alienação e oneração de bens próprios do INATUR;
- e) Contratação de empréstimos.

**ARTIGO 3****(Fim e Atribuições)**

1. O Instituto Nacional do Turismo tem por finalidade assegurar o fomento e coordenação das iniciativas que dizem respeito ao turismo, estimular as que com ele se relacionam ou concorram para a sua valorização e promover o produto turístico nacional.

2. São atribuições do INATUR:

2.1. No domínio do fomento das actividades do sector do turismo:

- a) Prestação de garantias à instituições de crédito;
- b) Bonificação de juros e de rendas a empréstimos bancários nos termos a regulamentar;
- c) Concessão e gestão de empréstimos bonificados e de subsídios;
- d) Angariação de financiamentos a entidades públicas ou privadas para o desenvolvimento do turismo no país.

2.2. No domínio da classificação dos empreendimentos turísticos:

- a) Classificação dos empreendimentos turísticos;
- b) Emissão de normas de carácter executivo no desenvolvimento de aspectos técnicos do Sistema de Classificação dos empreendimentos turísticos;
- c) Promoção do empresariado nacional através da implementação de um Sistema de Classificação dos empreendimentos turísticos consentâneo com os padrões internacionais.

2.3. No domínio do desenvolvimento das zonas de interesse turístico:

- a) Desenvolvimento de acções conducentes a declaração de zonas de interesse turístico;
- b) Identificação de zonas de interesse para o turismo e propôr ao Conselho de Ministros, através do Ministro que superintende o sector do turismo, a sua declaração;
- c) Participação efectiva em acções de zoneamento turístico;
- d) Implementação das políticas e estratégias definidas para o sector do turismo relativamente ao desenvolvimento das zonas turísticas;
- e) Assistência técnica e acompanhamento da execução dos planos nacionais, provinciais, regionais, distritais e municipais de ordenamento das zonas turísticas;
- f) Apresentação de pareceres sobre operações de loteamento destinadas à instalação de empreendimentos turísticos, assegurando a divulgação das normas e procedimentos.

2.4. No domínio de estudos e programas de desenvolvimento:

- a) Elaboração ou participação em estudos e em projectos susceptíveis de contribuir para o desenvolvimento do turismo;
- b) Apresentação de propostas de parceria com entidades nacionais e estrangeiras, de interesse ao desenvolvimento do turismo.

2.5. No domínio da promoção turística:

- a) Apoio financeiro e desenvolvimento de acções de promoção turística;
- b) Colaborar com os órgãos competentes na investigação de valores turísticos necessários à sinalização e elaboração de cartas turísticas do país;
- c) Coordenar e promover a participação de Moçambique em feiras de interesse para o sector do turismo;
- d) Promover e encorajar a realização de investimentos em infra-estruturas e actividades de animação turística;
- e) Acompanhar e apoiar as actividades de informação turística e realização de seminários dirigidos aos investidores, profissionais de promoção, operadores turísticos e agências de viagens no país e no estrangeiro;
- f) Promover a constituição e funcionamento de órgãos de consulta e coordenação participativa para intervenientes na promoção do turismo.

2.6. No domínio do investimento turístico:

- a) Realização de investimentos em diversos empreendimentos de natureza turística;
- b) Participação em operações de co-financiamento ou refinanciamento, em associação com outras entidades;
- c) Participação no capital de sociedades, institutos, associações ou em outras entidades, privadas ou públicas, cujo objecto de actividade beneficie, directa ou indirectamente o desenvolvimento do turismo.

2.7. No domínio da formação:

- a) Conceber planos gerais para a formação de profissionais do sector do turismo, de acordo com: a estratégia do desenvolvimento de recursos humanos no sector do turismo; as orientações emanadas do órgão de tutela e às necessidades de mercado;
- b) Estabelecer programas de cooperação com vista à realização de acções de formação em hotelaria e turismo;
- c) Criação de centros de formação básica.

#### ARTIGO 4

##### (Órgãos)

1. No INATUR funcionam os seguintes órgãos:

- a) Conselho Directivo, com competências de gestão do INATUR, constituído pelo Director-Geral que o preside e pelos Directores de Serviços;
- b) Conselho Fiscal, com competências de fiscalização;
- c) Conselho Técnico, com competências de natureza consultiva.

2. O Director-Geral é nomeado e exonerado pelo Primeiro-Ministro, sob proposta do Ministro que superintende a área do turismo.

3. O mandato do Director-Geral é de quatro anos renovável duas vezes.

4. Os membros do Conselho Fiscal são designados pelo Ministro que superintende a área das finanças, ouvido o Ministro que superintende a área do turismo, por um mandato de três anos renovável uma vez.

5. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada conjuntamente pelos Ministros que superintendem as áreas do turismo e das finanças.

#### ARTIGO 5

##### (Receitas)

1. Constituem receitas do INATUR, as seguintes:

- a) Produto das taxas cobradas nos contratos de cessão de exploração dos estabelecimentos pertencentes ao INATUR;
- b) Produto da alienação de bens próprios;
- c) Dividendos de participações de capitais detidos pelo INATUR;
- d) Percentagem proveniente das receitas do imposto especial sobre o jogo nos termos da lei;
- e) Percentagem proveniente das taxas cobradas no âmbito de aprovação de projectos e pelo licenciamento das actividades de alojamento turístico, restauração e bebidas e salas de dança, das agências de viagens e turismo e dos profissionais de informação turística;
- f) Juros, amortizações e reembolsos dos empréstimos concedidos pelo INATUR;
- g) Juros dos depósitos e de outras operações financeiras;
- h) Legados, doações, donativos e subsídios concedidos ao INATUR;
- i) Produto da venda de publicações editadas pelo INATUR;
- j) Taxa a ser cobrada aos operadores do sector do turismo, pela realização de classificação ou reclassificação de estabelecimentos e serviços respectivos;
- k) Produto da venda das placas de sinalização a ser utilizada no âmbito da classificação dos estabelecimentos;
- l) Valores resultantes da cedência dos direitos do uso de marcas ou de patentes da propriedade do INATUR ou que estejam sob sua gestão;

- m)* Percentagem dos rendimentos provenientes dos investimentos realizados no sector do turismo;
- n)* Taxa a ser cobrada aos operadores do sector do turismo, pela cedência do uso do portal do turismo de Moçambique;
- o)* Dotações ou subsídios do Orçamento Geral do Estado;
- p)* Quaisquer outras receitas, rendimentos ou valores que provenham das suas atribuições ou que por lei ou por contrato lhe venham a ser atribuídos bem como outras formas de apoio financeiro.

2. Os Ministros que superintendem os Sectores das Finanças e do Turismo fixarão, por Diploma Ministerial, a percentagem a que se referem as alíneas *d)*, *m)* do n.º 1 do presente artigo.

#### ARTIGO 6

##### (Despesas)

São despesas do INATUR:

- a)* As que resultem das suas atribuições;
- b)* As que resultem de encargos com o respectivo funcionamento;

- c)* Os custos de aquisição, manutenção e conservação de bens ou serviços necessários ao prosseguimento das suas atribuições e execução das suas competências;
- d)* As remunerações dos respectivos trabalhadores;
- e)* Outros encargos.

#### ARTIGO 7

##### (Estatuto Orgânico)

Compete ao Ministro que superintende a área do Turismo submeter a proposta de Estatuto Orgânico do INATUR ao órgão competente, no prazo de 30 dias contados a partir da data da entrada em vigor do presente Decreto.

#### ARTIGO 8

##### (Norma Revogatória)

É revogado o Decreto n.º 52/2010, de 15 de Novembro.

Aprovado pelo Conselho de Ministros, aos 10 de Dezembro de 2013.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *Alberto Clementino António Vaquina*.